

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL-PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i>	
<i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i>	
<i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i>	
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
<i>Alessandro Alves</i>	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i>	
<i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA	353

DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS

Lucas Abranches Cruz

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
Juiz de Fora – Minas Gerais

Caio Freitas Cunha

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC).
Juiz de Fora – Minas Gerais

Rosilene de Oliveira Barra Lima

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC).
Juiz de Fora – Minas Gerais

Carla Salazar Machado Sobrinho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC).
Juiz de Fora – Minas Gerais

Frederico Braidá

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC).
Juiz de Fora – Minas Gerais

Antonio Colchete Filho

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído (PROAC).
Juiz de Fora – Minas Gerais

RESUMO: Apesar dos inerentes benefícios ambientais que as áreas verdes proporcionam, contraditoriamente, o homem ainda as relega a um segundo plano de importância perante questões cotidianas. A evolução das cidades altera os espaços naturais e promove profundas transformações nos ecossistemas. Assim, este artigo tem por objetivo valorizar as dimensões históricas da formação da paisagem e consolidação das áreas verdes urbanas, em especial na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais. O estudo envolve um levantamento documental e bibliográfico sobre áreas verdes urbanas, com evidência para a cidade de Juiz de Fora, e temas afins, como história do urbanismo, arborização urbana e paisagismo. Constatou-se que as áreas verdes da cidade de Juiz de Fora foram em sua quase totalidade devastadas em prol dos ciclos de urbanização e avanço imobiliário, restando poucos espaços com vegetação no perímetro urbano. Apesar de contar com um Plano Diretor, suas diretrizes e a cidade não evoluíram no sentido de aumentar a cobertura vegetal. Fica evidente que as políticas de manejo e preservação carecem de planejamento e implementação eficazes para garantir a qualidade dos espaços na cidade para as gerações futuras.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas verdes urbanas; Urbanismo; Paisagismo.

ABSTRACT: In spite of the inherent environmental benefits that green areas provide, contradictorily, man still relegates them to a secondary plane of importance to everyday issues. The evolution of cities changes the natural spaces and promotes profound changes in ecosystems. Thus, this article aims to value the historical dimensions of landscape formation and consolidation of urban green areas, especially in the city of Juiz de Fora in Minas Gerais. The study involves a documental and bibliographical survey on urban green areas, with evidence for the city of Juiz de Fora, and related themes, such as history of urbanism, urban afforestation and landscaping. It was verified that the green areas of the city of Juiz de Fora were almost completely devastated in favor of the cycles of urbanization and real estate advance, leaving few spaces with vegetation in the urban perimeter. Despite having a Master Plan, its guidelines and the city have not evolved to increase plant cover. It is clear that management and preservation policies need effective planning and implementation to ensure the quality of spaces in the city for future generations.

KEYWORDS: Urban green areas; Urbanism; Landscaping.

1 | INTRODUÇÃO

Conforme o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2015), áreas verdes urbanas são os locais dentro do tecido urbano que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Para o órgão, elas se apresentam em várias tipologias, sejam em áreas públicas, em áreas de preservação permanente, nos canteiros centrais, praças, parques, florestas e unidades de conservação urbanas, nos jardins institucionais e nos terrenos públicos não edificados.

Romero (2013) destaca a capacidade da vegetação em contribuir para a estabilização dos microclimas, reduzindo os extremos ambientais através da umidificação do ar pela evaporação e transpiração das plantas ou pela diminuição da absorção de calor pelo solo. Sua capacidade única em amenizar e se alimentar de muitos dos efeitos adversos do meio urbano contribui para uma significativa melhoria da qualidade de vida, exigindo uma crescente necessidade de áreas verdes urbanas manejadas como um recurso em prol de toda a comunidade (VOLPE-FILIK; SILVA, LIMA, 2007).

Entretanto, a percepção da relevância das áreas verdes dentro da cronologia humana sofreu flutuações, como afirma Geertz (1989) ao dizer que, historicamente, nem sempre a natureza foi contemplada como algo aprazível e relevante. O modo de tratar os espaços com vegetação reflete a visão de mundo de uma população

construída através dos tempos. O precedente da espécie sobre o planeta Terra é um conto de ruptura progressiva entre o homem e o entorno. A natureza, de certa forma artificializada nas cidades, marca uma grande mudança na trajetória humana em relação ao meio ambiente (SANTOS, 1992).

Assim, saber como os indivíduos percebem o ambiente em que estão inseridos é de fundamental importância para que se possa compreender melhor suas expectativas, julgamentos e condutas, bem como conhecer a história cultural e a experiência de um grupo em seu ambiente físico fornece perspectivas complementares sobre a percepção e formação de atitude ambiental (COSTA; COLESANTI, 2011).

Embora a vegetação urbana seja considerada um importante indicador para o estudo da qualidade ambiental nas cidades, sua presença, histórico e parâmetros qualitativos têm sido elementos negligenciados no desenvolvimento dos aglomerados humanos (BARGOS; MATIAS, 2012). Logo, entender o desenvolvimento de áreas verdes no meio urbano pode ser um elemento estruturador importante para as cidades, já que, segundo Bovo (2009), a ação antrópica modifica a paisagem natural ao decorrer do processo histórico e as cidades representam os locais mais significativos no que diz respeito a essas mudanças.

Em um fragmento urbano existem diversas maneiras de analisar e caracterizar a paisagem através das áreas verdes, tornando complexo registrá-las em consequência da divergência de dados ou da visão e hábitos de diferentes épocas. Contudo, a associação do modo de viver do homem, ligado aos recursos que a natureza proporciona é uma resposta do entendimento dos problemas atuais e como o meio urbano evolui e trata seus espaços naturais. Em busca dessa compreensão em um território específico, a pesquisa trata da evolução das áreas verdes de Juiz de Fora (MG), que é o maior e mais populoso município da mesorregião da Zona da Mata Mineira. É cortado pelo Rio Paraibuna e tem população estimada de 545.942 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2013). O processo de consolidação dos espaços com vegetação na cidade possui várias etapas e contou com diferentes agentes.

2 | MATERIAIS E MÉTODOS

Diante das considerações feitas até o momento, configura-se como objetivo deste artigo valorizar as dimensões históricas da formação da paisagem e consolidação das áreas verdes urbanas, em especial na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais.

O estudo foi realizado através de uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico, segundo um método histórico, cujo foco é a investigação de acontecimentos passados, períodos de formação e modificações, em vista de uma melhor compreensão do papel que a temática de estudo desempenha atualmente na sociedade. A fundamentação teórica foi construída a partir da produção científica

sobre áreas verdes urbanas, com evidência para a cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, e temas afins, como história do urbanismo, arborização urbana e paisagismo urbano.

3 | ÁREAS VERDES E O ESPAÇO URBANO

O percurso histórico do espaço verde urbano segue desde a ágora grega, e posteriormente no largo da igreja ou na praça, como local de convívio e aproximação com a natureza inserida na urbe (MAGALHÃES, 1992). Panzini (2013) descreve que os relatos e evidências da transformação da paisagem, aliados à noção de necessidade da inserção de áreas verdes ou ajardinadas nas cidades, se iniciam na Mesopotâmia, sendo reforçadas pelos Egípcios, profundamente dependentes da transformação do ambiente em que viviam.

Segundo Loboda e De Angelis (2009), o uso do verde urbano é um indicador do modo de viver dos povos que o criaram e dele usufruíram nas diferentes épocas e culturas. Tais espaços proporcionaram conhecimentos que foram desenvolvidos e aprimorados na Idade Média, a partir do surgimento dos jardins botânicos que tinham ênfase no cultivo de espécies medicinais. Durante o Renascimento, passa-se a cultivar uma grande variedade de espécies vegetais de diferentes regiões do globo para alimentar as coleções e exposições botânicas na Europa. Posteriormente assumem uma função utilitária, sobretudo nas zonas densamente povoadas.

Magalhães (1992) diz que, tal como são compreendidos atualmente, os espaços verdes urbanos surgem no século XVIII com intuito de atender às classes sociais com maior poder aquisitivo e tempo disponível à prática do lazer e contemplação. As ruas europeias desse período, margeadas por árvores em série, geraram sensação de acolhimento em contrapartida à tradicional e estreita rua de origem medieval, promovendo o uso das ruas e da cidade com maior frequência e prazer (TERRA, 2013).

Pequenas praças e a arborização urbana, sozinhos, não supriram o desejo dos moradores das cidades por uma paisagem natural, fazendo surgir a necessidade de áreas maiores e ricas em vegetação que não remediassessem ou transmitissem uma falsa sensação de natureza, contribuindo, assim, para a origem dos parques urbanos (PAIVA; GONÇALVES, 2002).

Segundo Choay (1999), a criação dos espaços verdes nas cidades europeias aconteceu como consequência da revolução industrial e do seu impacto sobre a urbanização e fluxos demográficos. O crescimento exagerado da população das metrópoles e cidades, aliado à falta de estrutura e degradação das condições sanitárias, promoveram o surgimento de espaços verdes como resposta a necessidade de higiene. Porém, sua generalização fez com que todas as classes os frequentassem. Neste sentido, é possível afirmar que é na negação do urbano que surge a valorização

da natureza intocada. É nesta oposição que se fundamenta o resgate de atividades ligadas ao meio ambiente natural, tornando-se objeto de anseio da população (COSTA; COLESANTI, 2011).

No âmbito Brasileiro e, em consonância com a postura da humanidade ao redor do mundo à época, até o século XIX, a vegetação nas cidades não era considerada tão relevante. Descaso denotado pela busca de uma expressão oposta das regiões urbanas para com as rurais. Havia uma valorização do espaço urbano construído como distanciamento da imagem campestre que compreendia os elementos da natureza (GOMES; SOARES, 2003).

Assim, um logo período se passou até que uma manifestação paisagística pioneira ocorresse, na primeira metade do século XVII em Pernambuco, no decorrer da ocupação holandesa da região e por obra do Príncipe Maurício de Nassau. À época, ocorriam casos pontuais de arborização e paisagismo urbano, dentre eles destaca-se o Passeio Público do Rio de Janeiro, desenhado por Valentim da Fonseca e Silva, conhecido como Mestre Valentim, e inaugurado em 1783 (LOBODA; DE ANGELIS, 2009).

Gomes e Soares (2003) reforçam que os primeiros jardins públicos do Brasil se instalaram nas proximidades das cidades, em terras cujas condições topográficas desfavoreciam o arruamento ou as construções, de forma ainda pouco planejada. A predominância de áreas arborizadas, até então, era restrita a jardins residenciais, especialmente nos grandes centros do país como o Rio de Janeiro. Nesse contexto, aliaram-se espécies nativas e exóticas na jardinagem de ruas e casas, servindo tanto para enriquecer a paisagem urbana quanto para o conhecimento e valorização da flora brasileira.

Os jardins públicos voltados para o lazer e efetivamente representativos como elemento da paisagem urbana se popularizam no Brasil no início do século XIX com a chegada da família real ao Brasil, e principalmente com a fundação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro pelo então Príncipe Regente Dom João VI. O local foi transformado no decorrer do século XIX em um parque público baseado nas características dos jardins ingleses (BOVO; CONRADO, 2012). Essa modificação no propósito dos Jardins Botânicos foi geral, partindo de interesses científicos e econômicos de aclimação de espécies exóticas ou para agricultura, e culminando em lugar de passeio para a população (SEGAWA, 2010).

Ao longo do século XIX e no início do século XX, o país independente contou com a chegada ao poder de um grupo mais preocupado com as questões ligadas ao progresso, à organização racional da sociedade e do espaço por ela ocupado. O enriquecimento promovido com a cultura cafeeira fez proliferar jardins, parques e praças através da apropriação de tendências estrangeiras, marcando assim, o aparecimento da prática do paisagismo e a introdução da arborização nos espaços públicos. Ao longo do século XX, vertentes de pensamento que proliferavam pelo mundo influenciaram diferentes tipologias e destacaram alguns projetistas brasileiros,

inclusive internacionalmente (MARX, 1980).

Durante décadas do século XX, as questões ligadas ao ambiente urbano encontravam-se desconexas e não consideravam a relação entre crescimento urbano, preservação ambiental, paisagem e qualidade de vida, delegando às áreas verdes urbanas funções voltadas principalmente para a estética e o lazer. A partir da década de 1980, a questão ambiental foi institucionalizada na esfera legal brasileira, trazendo à tona a necessidade de tratar o espaço urbano através da sua constante evolução e mutabilidade, vinculadas aos problemas ambientais e à qualidade de vida dos habitantes (FERREIRA, 2007). Sendo assim, pode-se afirmar que a inevitabilidade da presença de áreas verdes na malha urbana é uma questão que vem sendo observada e estudada ao longo das últimas décadas, onde cada vez mais se prestam ao papel de qualificadoras do ambiente em que vivemos.

Atualmente nas cidades encontramos várias escalas de áreas verdes convivendo e se relacionando de formas distintas com a paisagem e com o sítio onde estão inseridas (MASCARÓ, 2008). Mesmo com tais percepções e com a maioria das cidades brasileiras contendo áreas urbanas arborizadas, estas são pouco organizadas e com quase nenhuma preocupação quanto à escolha adequada das espécies vegetais. Além disso, a vegetação e suas potencialidades são subjugadas e poderiam ser trabalhadas de forma mais eficiente para corrigir e melhorar as proporções e escalas dos espaços urbanos, em geral, formados por massas de construções descontínuas e desiguais (ABBUD, 2008). Em suma, pela descrição de Bovo e Amorim (2009), as pesquisas realizadas sobre as áreas verdes revelam a necessidade de uma distribuição mais igualitária desses espaços nas cidades.

4 | JUIZ DE FORA E SUAS ÁREAS VERDES

A Zona da Mata, uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, é formada por 143 municípios divididos em sete microrregiões. Está situada no sudeste do estado, fazendo fronteira com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Abrange uma superfície de 35.748,7 mil Km², ou seja, 6,09 % da área estadual. A vegetação predominante da Zona da Mata Mineira é da Mata Atlântica, que se encontra muito fragmentada. Seu relevo tem prevalência de colinas e vales estreitos (CENTRO DE TECNOLOGIA DA ZONA DA MATA – CTA-ZM, 2004).

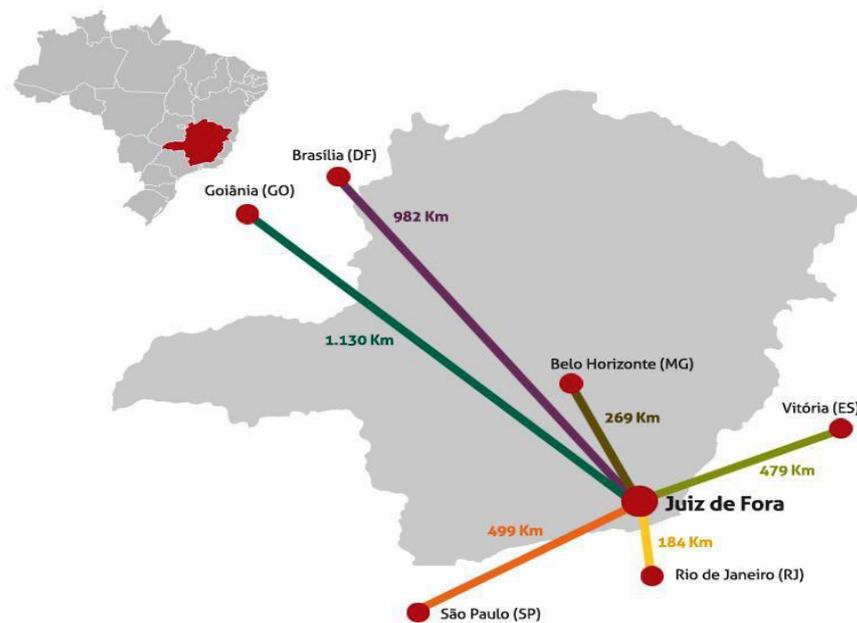


Figura 1: Contexto e localização da cidade de Juiz de Fora

Fonte: Disponível em: <http://www.codemig.com.br/atuacao/turismo/turismo-denegocios/expominas-juiz-de-fora/>. Acesso em 08 mar. 2018

Durante dois séculos a partir da colonização do Brasil, a extensão territorial que hoje abriga a Zona da Mata Mineira permaneceu intocada. Designada como uma área proibida, sua preservação era utilizada pelo governo de Portugal como forma de criar uma barreira natural que impedisse o acesso à riqueza das Minas Gerais, concentrada à época nos arredores da atual cidade de Ouro Preto, que vivia intensas atividades de extração de minérios durante o período da história que ficou conhecido como “Ciclo do Ouro” (DILLY, 2004). No período anterior à colonização, a Zona da Mata era habitada por uma significativa população indígena. A exploração de suas matas e florestas também foi tardia devido ao insucesso dos exploradores da Coroa Portuguesa em encontrarem ouro na região (BARROS, 2005).

Utilizando antigas trilhas feitas pelos índios Guaianás, os bandeirantes vindos do litoral paulista abriram o chamado “Caminho Velho” para chegar à região mineradora do estado. O percurso sinuoso entre montanhas facilitava a ação de saqueadores e provocada constantes prejuízos. Em 1698, o bandeirante Garcia Rodrigues Paes Leme recebeu a incumbência de abrir uma nova conexão entre o Rio de Janeiro e as minas de ouro, assim surgiu o “Caminho Novo”, reduzindo o tempo de viagem e aumentando a segurança dos viajantes e a capacidade de controle da rota pela Coroa Portuguesa. Para esse fim, foram montados postos de fiscalização ao longo do percurso, locais de registro nos quais se formaram os primeiros povoados. As terras na região, cortadas pelo Rio Paraibuna, hoje constituem boa parte da cidade de Juiz de Fora (MUSEU DE ARTE MURILO MENDES, 2013).

Após passar por vários proprietários, a fazenda chegou às mãos de Antônio Dias

Tostes, em 1812. Ele fez fortuna na região ao adquirir terras, loteá-las e vendê-las com financiamentos a juros altos. Com intuito de expandir suas bases comerciais e prestígio político, iniciou o processo de emancipação e conseguiu, em 1828, com ajuda de parentes com destaque na política regional, a criação do Distrito de Santo Antônio do Juiz de Fora do município de Barbacena. A emancipação definitiva ocorreu em 1850, passando à categoria de Vila de Santo Antônio do Paraibuna. Dias Tostes morreu no mesmo ano, e a Fazenda do Juiz de Fora é transmitida aos 12 filhos do primeiro casamento, que imediatamente tomaram posse e colaboraram com o processo de ocupação (FAZOLATTO, 2001). Segundo Oliveira (1966), a Fazenda do Alcaide-mor (ou Fazenda do Juiz de Fora) veio a se chamar Fazenda da Tapera, e foi desmembrada e vendida nos anos seguintes.

A ocupação da cidade ocorreu efetivamente na segunda década do século XIX, pois novas oportunidades de exploração do território foram necessárias com o esgotamento das minas. Aquecidos pelo surgimento de um novo mercado vindo com a Corte de D. João VI e investimentos na cultura do café, inicia-se uma fase de forte desenvolvimento na cidade de Juiz de Fora (PASSAGLIA, 1983). Em paralelo, a Zona da Mata teve um processo intenso de exploração de seu potencial econômico e agrícola, sendo, até o século XX, a região mais rica do estado (BARROS, 2005). Como consequência, houve o rápido surgimento de pastagens e plantações em meio urbano, o que levou à escassez de áreas nativas preservadas (STEPHAN et al., 2012).

Durante mais de um século, o “Caminho Novo” foi o único meio de ligação do Rio de Janeiro até as Minas Gerais. Segundo Lage e Esteves (1915), o caminho “partia da Borda do Campo, atravessando a Mantiqueira, passava por João Gomes, Chapéu d’Uvas, Juiz de Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre Rios, Barra do Piraí, descia a terra do mar sobre Macacos, Inhaúma, Penha e Rio de Janeiro”. Dilly (2004) cita que, em meados de 1835, o engenheiro alemão Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, recém-chegado ao Brasil, foi contratado pelo Presidente da Província de Minas Gerais para construir uma estrada que aperfeiçoasse o caminho de ligação entre Vila Rica (Ouro Preto) até a Capital do Império (Rio de Janeiro). Aproveitando grande parte do traçado já existente do Caminho Novo, o resultado foi a “Estrada do Paraibuna”, inaugurada em 1838, cujas características, a sua grande extensão e largura, culminariam na sua futura transformação em avenida: A atual Avenida Rio Branco, depois de ser chamada de Rua Direita, via que se tornou o principal eixo estruturador da cidade (RANGEL JÚNIOR, 2006).



Figura 2: Ilustração da Rua Direita, em 1872

Fonte: Disponível em: <http://www.mariadoresguardo.com.br/2010/12/rua-direita-hoje-av-rio-branco-em-1872.html>. Acesso em 19 abr. 2017

Segundo Abdalla (2012), com a inauguração da Estrada do Paraibuna em 1838, originou-se o arraial de Santo Antônio do Paraibuna. Nesse contexto, a atual Zona Da Mata Mineira alcançava destaque na produção do café, e em pouco tempo, veio a ser a principal região produtora de Minas Gerais e uma das mais importantes do país. O traçado do arraial foi desenhado por Halfeld e concretizou-se em uma grande reta que atravessava a fazenda, tornando-se a principal rua do arraial. Praticamente ao meio, foi traçada uma perpendicular que viria a ser o primeiro logradouro público (atual Rua Halfeld), onde surgiram o fórum local e a Câmara Municipal. Também foram reservados ao longo do grande traçado, áreas para a construção da catedral da cidade e loteamentos para casas.



Figura 3: Rua Direita em 1891

Fonte: LAGE e ESTEVES, 1915, p.328

No que se refere às condições das áreas verdes no período de consolidação da

ocupação no município de Juiz de Fora, as informações são escassas. Segundo Lessa (1985), em muitos trechos do “Caminho Novo”, a carga levada por animais de tração era transferida para escravos, e o cavaleiro passava a puxar e guiar os equinos pela rédea, de tão sinuosos, escorregadios e estreitos que eram as passagens, escurecidas pelo túnel vegetal denso formado entre o mato intrincado e as copas das árvores. Stehling (1979) conta que o bandeirante Paes Leme passou por uma área de várzea pantanosa na qual corria um rio, chamado pelos indígenas locais de “Para-y-Buna”, e pelos desbravadores, de Rio Barro, graças à coloração das águas.

Algumas poucas citações de exploradores, em geral estrangeiros encantados pelas novidades e diversidade de cores e formas que um país tropical proporciona, relatam paisagens da Zona da Mata fazendo jus ao nome. Pode-se destacar John Mawe, mencionado por Oliveira (1966). Mawe publicou, em 1812, em Londres, “Viagem ao interior do Brasil”, no qual informa ter chegado à fazenda do Juiz de Fora após passar por montanhas e territórios tomados por mata nativa.

Saint-Hillaire, naturalista francês, esteve em terras brasileiras entre os anos de 1816 e 1882. Ao passar pela região da Zona da Mata Mineira, descreveu em suas anotações sobre as paisagens e localidades. Ele narra sua experiência da seguinte maneira:

Da venda de Juiz de Fora tem-se sob os olhos uma paisagem encantadora. Essa venda foi construída na extremidade de uma vasta campina, rodeada por toda parte de morros. O Paraibuna corre ao lado do caminho; sobre um pequeno regato que nele se lança, depois de atravessar a estrada, foi construída uma ponte de madeira de efeito muito pitoresco (...) (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 52).

Da citação, podemos verificar que a ação do Homem já se fazia presente sobre o vale do Rio Paraibuna. Até 1851, áreas foram desmatadas para dar lugar a lavouras na região, que era dominada por vegetação nativa preservada e fechada, com terreno acidentado e sujeitos a inundações. A mata original predominava nas áreas mais férteis e coexistia com campos naturais que contavam com árvores de pequeno e médio porte distribuídas intercaladamente. O ecossistema era formado por uma rica variedade de espécies da fauna e da flora (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2000). Segundo Lamas (2006), as plantações e paradas ao longo do Caminho Novo foram essenciais no processo de ocupação e povoamento da Zona da Mata Mineira, uma vez que alteravam o meio ambiente natural por meio do trabalho, tanto para sustento próprio quanto para comercialização.

A partir de 1870, com o ciclo da cana-de-açúcar, e 1930, com o ciclo do café, a devastação vegetal se intensificou. O interesse em ampliar a produção levou os fazendeiros a substituição da Mata Atlântica nativa por campos de cultivo. Com as crises econômicas de 1889 (abolição da escravatura) e 1929 (quebra da bolsa de New York) afetando a produção, esta declinou e fazendas foram loteadas, dando origem a bairros que constituem a cidade atualmente. O crescimento de áreas urbanizadas

fortaleceu o centro da cidade e vários avanços foram feitos em prol da industrialização. Conceitos urbanos utilizados nas cidades da Europa basearam propostas, como ruas arborizadas e jardins. O ritmo de crescimento fez com que a cidade ganhasse o apelido de “Manchester Mineira” em comparação à cidade europeia, símbolo da produção industrial. As medidas ecológicas foram retomadas na segunda metade do século XX, após período de poucos investimentos na cidade. Parques e unidades de conservação foram criados, e o Plano Diretor apontou as diretrizes para o tratamento das áreas verdes na cidade (COLCHETE FILHO; PEDROSO; BRAIDA, 2014).

Mesmo com algumas áreas vegetadas que possam passar uma falsa impressão, atualmente, no perímetro urbano, não existem resquícios de florestas nativas. A vegetação foi dizimada pelos vários ciclos de desmatamento, substituindo a mata original por pastagens e capoeiras, que hoje são o aspecto dominante (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2000). Santiago, Rezende e Ferreira (2007) corroboram ao dizer que as diferentes atividades econômicas, pautadas na intensa exploração do solo, atividade industriais e principalmente a urbanização, produziram uma nova paisagem onde a floresta original foi reduzida a fragmentos isolados.

Além da arborização urbana presente em praças e ruas, a cidade possui algumas massas vegetais que contam com medidas de proteção. Entre elas, podemos destacar a Reserva biológica municipal de Poço D’Antas, Reserva biológica municipal de Santa Cândida, Parque da Lajinha, Parque do Museu Mariano Procópio e Mata do Krambeck (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2000).

A cidade de Juiz de Fora conta com um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) desde o ano 2000. Este documento, em suas proposições, ao tratar das áreas verdes e florestas urbanas, prevê medidas que visam aumentar a oferta de áreas verdes na cidade, incentivando a preservação da vegetação nativa e o plantio de novas áreas. Entretanto, não apresenta propostas específicas de manejo ou projetos paisagísticos de longo prazo, restringindo-se à intenção do plantio de 75.000 árvores até o ano de 2005. As demais medidas são referentes à reserva de espaços vegetados nos loteamentos e áreas doadas ao poder público, assim como a gestão das mesmas. Também trata da fiscalização dos projetos que utilizam de supressão vegetal

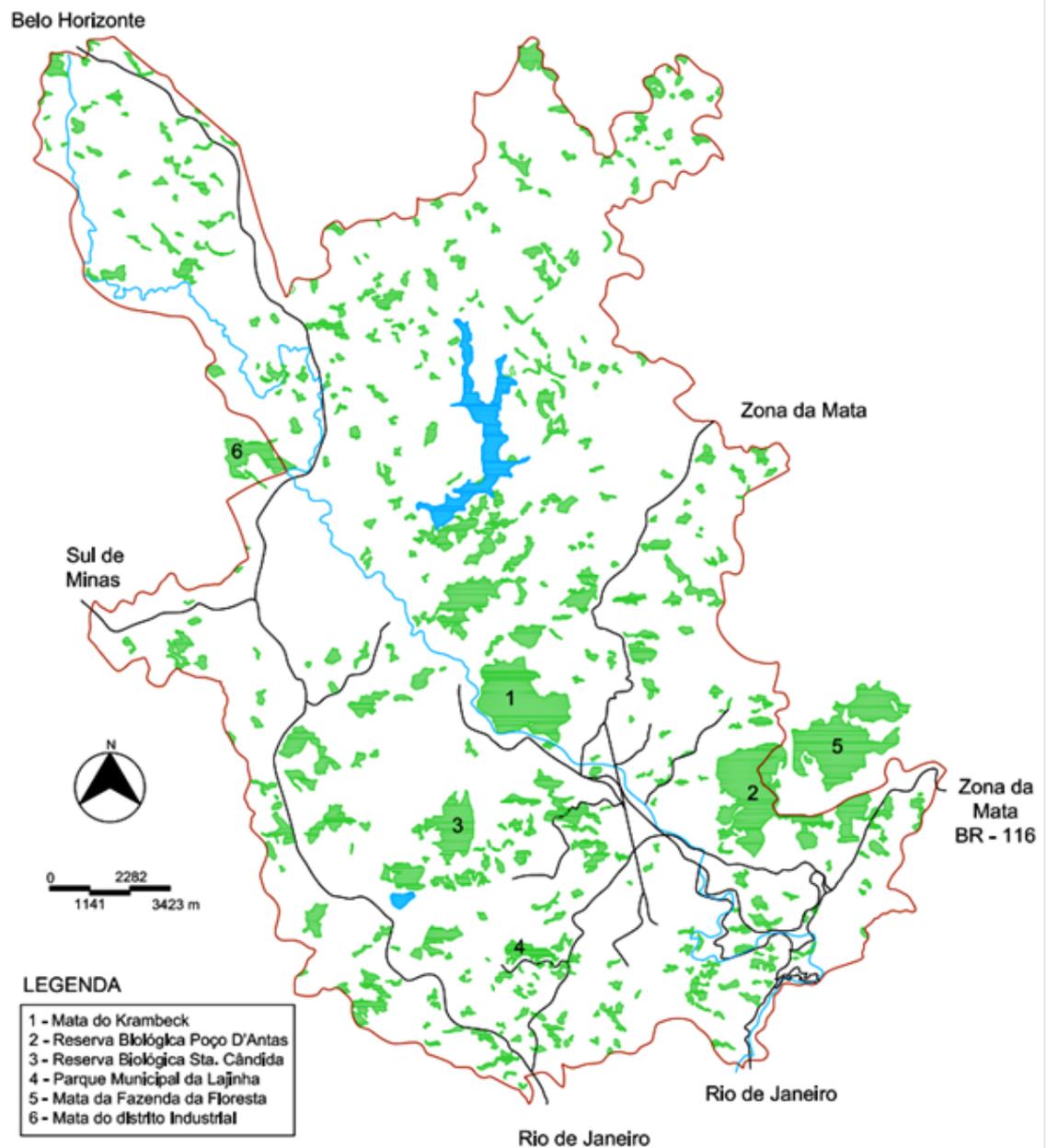


Figura 4: Áreas verdes urbanas em Juiz de Fora

Fonte: Adaptado pelos autores de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000

Como ação mais recente em prol das áreas verdes na cidade de Juiz de fora, destaca-se a LEI nº 13.206, de setembro de 2015, que dispõe sobre a Política Municipal de Arborização Urbana (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2015). O texto estabelece diretrizes para arborização no Município de Juiz de Fora, abrangendo o plantio, preservação, manejo e expansão da prática na cidade. Dentre os objetivos cabe destacar a definição de diretrizes de planejamento, estabelecimento de critérios de monitoramento dos órgãos públicos e privados em atividades que atinjam a arborização urbana e o intuito de envolvimento da população, tanto na manutenção quanto na preservação das árvores. Segundo Pina (2012), o nível de sensibilização que a população local tem sobre as áreas verdes locais, é de extrema importância para que haja envolvimento do governo e da sociedade para a criação e manutenção desses espaços.

Quanto às diretrizes gerais ressalta-se a adequação da gestão da arborização com as diversidades físicas, bióticas, demográficas, sociais e culturais das diferentes regiões da cidade e a utilização de espécies nativas regionais, com percentual mínimo de 50%. O pretense uso de tecnologia na gestão da arborização também chama atenção através do mapeamento e informatização de todos exemplares arbóreos, bem como para identificar áreas potenciais de novos plantios, priorizando áreas menos arborizadas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Áreas verdes urbanas contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. A forma de trata-las reflete a visão de mundo de uma população construída através dos tempos. O crescimento social e econômico são objetivos coletivos da população em geral, concomitantemente são responsáveis por um grande impacto ambiental. Esse processo de urbanização, entre outras consequências, modifica os ecossistemas naturais, reduz a umidade e aumenta a temperatura. Assim, florestas e áreas verdes urbanas estão cada vez mais ameaçadas.

A temática é extremamente complexa e tem sido alvo de inúmeras abordagens no desenrolar histórico. Nesses períodos a paisagem urbana se modificou, e muito se discute sobre os benefícios ambientais proporcionados ao espaço urbano e suas contribuições para a qualidade de vida. Essa mudança cultural de valores e padrões de comportamento para com a natureza forneceu o legado ideológico da contemporaneidade, visto que os problemas urbanos ainda fazem parte do cotidiano das cidades.

A região em que hoje está inserida a cidade de Juiz de Fora, o maior município da Zona da Mata de Minas Gerais, passou pelo processo de ocupação efetivamente na segunda década do século XIX, alcançando um grande destaque nacional e internacional. Esse contexto promoveu a transformação de florestas nativas de Mata Atlântica em grandes áreas de pastagens e plantações. Contudo, após um período de poucos investimentos, em meados do século XX, medidas ecológicas foram retomadas, resultando na criação de parques, unidades de conservação e mais recentemente, um plano diretor com diretrizes para as áreas verdes da cidade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000 indica medidas que objetivam um aumento das áreas verdes da cidade. Todavia, em longo prazo, não apresenta propostas específicas de manejo ou projetos paisagísticos. A cidade hoje possui algumas áreas vegetadas como o Parque da Lajinha, Universidade Federal e a mata do Krambeck. Porém, no perímetro urbano inexistem resquícios de florestas nativas, que foram dizimadas pelos vários ciclos de desmatamento.

A partir do histórico apresentado, percebe-se que no decorrer do desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora, assim como em grande parte das cidades brasileiras, a

temática sobre áreas verdes não aparece com destaque. As questões ambientais no meio urbano não eram tidas como prioridade, conseqüentemente, ainda nos dias atuais, termos como crescimento urbano e preservação mostram-se desconexos.

O desafio dos profissionais ligados ao planejamento de áreas verdes, comprometidos com a qualidade ambiental e com a satisfação da população, é compreender e reconhecer os valores que são depositados nestas áreas e, considerar como estes valores subjetivos da experiência humana podem ser aplicados no planejamento e manejo de áreas verdes.

Durante o estudo, questões relevantes surgiram como proposições para trabalhos futuros. A saber: a relação entre a percepção ambiental da sociedade e a preservação das áreas verdes; o impacto dos ciclos econômicos em espaços com vegetação específicos; a evolução da malha urbana e como seus limites avançaram sobre as matas nativas; adequação das diretrizes dos planos diretores aos objetivos de preservação; eficiência e eficácia na aplicabilidade das políticas públicas de manejo de vegetação.

6 | OBSERVAÇÕES / RECONHECIMENTO

Esse artigo foi publicado nos anais do XIV Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil (ENEPEA) de 2018, realizado em Santa Maria – RS.

Os autores agradecem o apoio da CAPES à pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Gustavo. **Juiz de Fora: evolução urbana de uma cidade industrial desde o século XIX.** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, v. 6, n. 1, 2012. Anais. 2012.

ABBUD, Benedito. **Criando Paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística.** São Paulo: Editora Senac, 2008.

BARGOS, Danubia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. **Mapeamento e análise de áreas verdes urbanas em Paulínia (SP): estudo com a aplicação de geotecnologias.** Sociedade & Natureza, v. 24, n. 1, pp. 143-156, 2012.

BARROS, Nicélio. A. **História regional, café e indústria: a zona da Mata de Minas Gerais.** In: ANPUH – XXIII Simpósio nacional de história. Londrina, 2005

BOVO, Marcos Clair. **Áreas Verdes Urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá-PR.** 2009. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2009.

BOVO, Marcos Clair; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. **Áreas verdes urbanas, a imagem, o mito, e a realidade: um estudo de caso sobre a cidade de Maringá/PR/BR.** Revista

Formação, v. 1, n. 16, pp. 60-69, 2009.

BOVO, Marcos Clair; CONRADO, Denner. **O parque urbano no contexto da organização do espaço da cidade de campo mourão (PR), BRASIL.** Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 34, pp. 50-71, 2012.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. CTA-ZM. **Solos: a terra está viva e tem vida.** Viçosa, 2004. Disponível em: <http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/apostilasolos.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

CHOAY, Françoise et al. **A natureza urbanizada, a invenção dos" espaços verdes".** Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 18, 1999.

COLCHETE FILHO, Antonio; PEDROSO, Emmanuel Sá Resende; BRAIDA, Frederico. **Áreas verdes em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, Funalfa, 2014.

COSTA, Renata Geniany Silva; COLESANTI, Marlene Muno. **A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes.** Raega-O Espaço Geográfico em Análise, v. 22, 2011.

DILLY, Roberto. **Origens de Juiz de Fora.** Juiz de Fora. História, Texto e Imagem. NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). In: **Origens de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: imagens do passado.** Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

FERREIRA, Adjalme Dias. **Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos.** 2007. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. **A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras.** Estudos Geográficos, v. 1, n. 1, pp. 29-39, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2013.** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

LAGE, Vidal Barbosa; ESTEVES, Albino (org.). **Álbum do município de Juiz de Fora.** 3ed. Imp. Oficial do Estado de Minas, 1915. 3 ed. Juiz de fora. Funalfa Edições, 2008. NEUMANN, Sérgio Murilo de Almeida. (Reedição da 1º edição de 1915).

LAMAS, Fernando Galdereto. **Povoamento e colonização da Zona da Mata Mineira.** Histórica (São Paulo. Online), São Paulo, v. único, n. 8, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao08/materia01/texto01.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros: do caminho novo à proclamação.** Juiz de Fora: EDUFJF, 1985.

LOBODA, Carlos Roberto; DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções.** Ambiência, v. 1, n. 1, pp. 125-139, 2009.

MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A evolução do conceito de Espaço Verde Público Urbano.** AGROS, v. 2, pp. 10-18, 1992.

MARX, Murilo. **Cidade brasileira.** São Paulo: Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo,

1980.

MASCARÓ, Juan Luis. **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Educação ambiental**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/>> Acesso em: 04 jan. 2018.

MUSEU DE ARTES MURILO MENDES (UFJF). **Catálogo de exposição. Juiz de Fora Verbo e Cor: das origens ao início do século XX**. Juiz de Fora. 2013.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, Edição do Autor, 1966.

PAIVA, Haroldo Nogueira de; GONÇALVES, Wantuelfer. **Florestas Urbanas: planejamento para melhoria da qualidade de vida**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. Tradução Letícia Andrade – São Paulo: Editora SENAC, 2013.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 1983.

PINA, José Hermano Almeida. **A influência das áreas verdes urbanas na qualidade de vida: o caso dos Parques do Sabiá e Victório Siquierolli em Uberlândia-MG**. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

RANGEL JÚNIOR, Vitor Hugo Vidal. **Parque Halfeld e Praça da Estação, Juiz de Fora – MG: uma leitura histórica, paisagística e urbanística**. 2006. Dissertação (Mestrado em Manejo Florestal; Meio Ambiente e Conservação da Natureza; Silvicultura; Tecnologia e Utilização de)-Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2006.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU 2000**. Juiz de fora: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. 2000 Disponível em http://www.planodiretorparticipativo.pjf.mg.gov.br/plano_diretor/o_pddu_2000.php. Acesso em: 01 set. 2017.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. LEI 13.206, de 25 de setembro de 2015. **Política Municipal de Arborização Urbana de Juiz de Fora**. Disponível em < https://jflgis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000038989> . Acesso em: 01 set. 2017.

ROMERO, Marta Adriana Bustos. **Princípios bioclimáticos para o desenho urbano**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTIAGO, Bárbara S.; REZENDE, Raquel F.; FERREIRA, Cássia C.M. **Reserva Biológica Municipal de Poço D'Anta, Juiz de Fora/MG-aspectos da fragmentação de habitat e efeito de borda**. Revista Gaia Scientia, v. 1, n. 1, 2007.

SANTOS, Milton. **1992: a redescoberta da Natureza**. Estudos Avançados, v. 6, n. 14, pp. 95-106, 1992.

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura paisagística até 1930**. In FARAH, Ivete; SCHLEE, Mônica Bahia; TARDIN, Raquel. **Arquitetura paisagística contemporânea no Brasil**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

STEPHAN, Ítalo I. C.; SOARES Josarlete M.; RIBEIRO Isadora M. F. **Guido Thomaz Marlière, o “semeador” de cidades na Zona da Mata Mineira**. Ensaios e Artigos - Risco, n.16; pp. 50-60, 2012.

STEHLING, Luiz José. Juiz de Fora - **A Companhia União e Indústria e os Alemães**. Edição da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. FUNALFA, 1979.

TERRA, Carlos Goncalves. **Paisagens Construídas: jardins praças e parques do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.

VOLPE-FILIK, Andrea; SILVA, LF da; LIMA, AMLP. **Avaliação da arborização de ruas do bairro São Dimas na cidade de Piracicaba/SP através de parâmetros qualitativos**. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v. 2, n. 1, pp. 1-10, 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4

